



PRESENÇA INDÍGENA NA BACIA DO RIO VERDE, SUL DE MINAS GERAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

INDIGENOUS PRESENCE IN THE VERDE RIVER BASIN, SOUTHERN MINAS GERAIS: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

DOI: 10.5281/zenodo.14868265

Gustavo Uchôas Guimarães¹

Ivone Antonia da Silva²

RESUMO: Este trabalho apresenta um recorte da dissertação de mestrado de Guimarães (2024), que investiga as contribuições da presença indígena na bacia do rio Verde, sul de Minas Gerais, como propostas para formação docente, em conformidade com o estabelecido pela Lei nº 11645/2008 (ensino de História Indígena nas escolas). O recorte abrange uma revisão bibliográfica sobre a presença indígena na região, com os estudos e produções que abordam essa temática sob as perspectivas histórica, arqueológica e pedagógica. A partir da análise das contribuições da presença indígena na bacia do rio Verde, essas são discutidas a partir da integração descrita por Monteiro (1994) e da formação social, em Minas, que incluiu o chamado “índio colonial” (Resende, 2003) e a transformação das identidades indígenas (Guimarães, 2022). Conclui-se que a presença indígena na bacia do rio Verde resultou em contribuições fundamentais para a identidade histórica, cultural, social e econômica da região, em um processo de integração com a cultura do colonizador que, por sua vez, representou uma transformação nas identidades indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: História Indígena. Contribuições. Integração. Identidades.

1 Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol (UNADES), Ciudad Del Este / Paraguai. Mestre em Ciências da Educação (UNADES / Paraguai). Pós-graduado em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (UNINTER). Graduado em Normal Superior (UNIPAC), História (UNIFRAN) e Sociologia (FAVENI). Professor de História na rede pública estadual de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2878-8090> E-mail: gustavoemarieli19@gmail.com

2 Doutora e Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental (UTIC, Paraguai). Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional com Curso de Metodologia da Investigação Científica (UTIC, Paraguai). Graduada em Pedagogia (UPE - Universidade de Pernambuco). Orientadora de alunos dos cursos de Mestrado e Doutorado pela Universidad Del Sol (UNADES, Paraguai). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4707-9911> E-mail: ivonesilvape@hotmail.com



ABSTRACT: This paper presents an excerpt from Guimarães' (2024) master's thesis, which investigates the contributions of Indigenous presence in the Verde River Basin, southern Minas Gerais, as proposals for teacher training, in accordance with the provisions of Law No. 11,645/2008 (Indigenous History teaching in schools). The excerpt covers a bibliographic review of Indigenous presence in the region, focusing on studies and works that address this theme from historical, archaeological, and pedagogical perspectives. Based on the analysis of contributions from Indigenous presence in the Verde River Basin, these are discussed from the integration described by Monteiro (1994) and the social formation in Minas Gerais, which included the so-called "colonial Indian" (Resende, 2003) and the transformation of Indigenous identities (Guimarães, 2022). It is concluded that Indigenous presence in the Verde River Basin resulted in fundamental contributions to the region's historical, cultural, social, and economic identity, through a process of integration with the colonizer's culture, which, in turn, represented a transformation in Indigenous identities.

KEYWORDS: Indigenous History. Contributions. Integration. Identities.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, pesquisas históricas e arqueológicas evidenciam a presença indígena na bacia do rio Verde, no sul de Minas Gerais. Dentre os estudos mais relevantes, destacam-se: o trabalho do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), no final da década de 1960; a publicação de Alcebiades Viana de Paula (1967) sobre vestígios arqueológicos encontrados em Varginha e municípios vizinhos; as prospecções arqueológicas realizadas pela empresa Zanettini Arqueologia, na década de 2010; e as pesquisas e produções do historiador Gustavo Uchôas Guimarães, a partir de 2015. As pesquisas mostram contribuições históricas, sociais, culturais e econômicas da presença indígena na região, em dinâmicas que abrangem as relações entre os grupos indígenas e destes com os colonizadores que adentraram, a partir do final do século XVI, a região da bacia do rio Verde (Paranhos, 2012), em busca de pedras preciosas e de indígenas para aprisionamento e escravização.

A relação entre os povos indígenas e os colonizadores foi marcada por encontros, conflitos e apagamentos (Guimarães, 2019a), mas não pode ser reduzida a uma dinâmica unilateral de influência, como se as culturas indígenas fossem exterminadas pelo “vencedor” europeu que impôs seus elementos culturais. Nesse sentido, Monteiro (1994) conceitua a integração como uma dinâmica de influências mútuas, em que, apesar dos conflitos,



ocorreram intensas trocas culturais entre indígenas e colonizadores, com a incorporação de saberes por ambos os lados e a formação de múltiplas identidades..

Em relação às identidades, Guimarães (2022) aborda as transformações ocorridas sob a perspectiva da Igreja, com documentações paroquiais das localidades de Aiuruoca, Baependi e Campanha que apontam as nomenclaturas utilizadas em relação aos indígenas da região e as mudanças decorrentes do acesso de indígenas a elementos culturais do colonizador (em especial, o batismo na Igreja Católica). Nesse sentido, Resende (2003) fala da figura do “índio colonial”, aquele que, distante do seu ambiente social e cultural de origem, estava inserido no ambiente do colonizador e agia para não perder suas raízes culturais, mesmo que elas se transformassem (tornando-se católico e falando português, por exemplo). A autora traz vários casos de indígenas que, inseridos na sociedade colonial mineira do século XVIII, aceitaram o batismo como forma de resistir às violências do colonizador e chegaram a recorrer à justiça e às leis portuguesas para reafirmarem suas origens indígenas, comprovadas pelo registro de batismo, diante das tentativas de escravização por parte de colonizadores.

No contexto destas mudanças, relações interétnicas e contatos com os não indígenas, percebe-se as contribuições dos povos indígenas na formação histórica, cultural, social e econômica do sul de Minas, especialmente da região da bacia do rio Verde. As contribuições serão detalhadas neste breve estudo através de uma revisão bibliográfica que traz um recorte da dissertação de mestrado escrita e defendida por Guimarães (2024, 25-32 e 42-45). As seções estão intituladas conforme constam na dissertação: “Contribuições históricas”, “Contribuições culturais”, “Contribuições sociais”, “Contribuições econômicas” e “O indígena da bacia do rio Verde”. As quatro primeiras seções trazem o que já foi pesquisado e publicado sobre cada tipo de contribuição; a quinta seção aborda o que já foi estudado e publicado por Gustavo Uchôas Guimarães, autor da dissertação da qual foi retirado o recorte.

1 CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS



Para compreender os aspectos históricos que contribuem para nossa pesquisa, pode-se recorrer, primeiramente, a Guimarães (2019b, p. 29):

RESUMO: O estudo da História Indígena em Minas, hoje, tem vigor dentro da academia, podendo destacar, por exemplo, os estudos de Maria Leônia Chaves de Resende. Mas, há ainda grande lacuna em relação ao sul de Minas, que, no período colonial, foi dos principais pontos de circulação entre Rio/São Paulo e a região das minas de ouro, o que afetou as dinâmicas dos povos indígenas que viviam ou passavam ali. Este estudo propõe uma breve recapitulação do que vem sendo estudado sobre a História Indígena sul-mineira, com foco na Serra da Mantiqueira e no rio Verde, a partir do município de Virgínia, mostrando o que foi feito até agora e o que se pretende fazer para aprofundar as pesquisas e contribuir para o resgate e valorização dos elementos indígenas na sociedade sul-mineira.

No estudo com resumo citado acima, Guimarães traça um panorama histórico da presença indígena em uma parte da bacia hidrográfica do rio Verde, mais especificamente onde hoje é o município de Virgínia e municípios próximos, todos abrangidos também pela Serra da Mantiqueira, onde nasce o rio Verde (e, portanto, é o ponto inicial da bacia hidrográfica) e o autor iniciou suas pesquisas sobre a presença indígena regional. Este panorama histórico é feito através da menção, citação e análise de alguns autores regionais que, falando dos povos indígenas da região, tratam historicamente de suas etnias, sua presença e seus conflitos com os colonizadores.

Além disso, traz ao leitor um aprofundamento sobre o processo histórico de integração do indígena com o não-indígena (Monteiro, 1994), ou seja, as interações e trocas culturais que, ao longo do tempo, foram feitas até que se tivesse, em algumas localidades, a figura do “índio colonial” (Resende, 2003).

Também cabe considerar, pensando nas contribuições históricas e arqueológicas do indígena na região da bacia do Verde, a obra de Freitas e Guimarães, em cuja introdução (2022, p. 5) se diz:

O município de Varginha abriga em seu território um expressivo número de sítios e vestígios arqueológicos atribuídos aos seus primeiros habitantes, os índios Cataguá ou Cataguases. Representados pelas antigas aldeias e os objetos produzidos e utilizados pelos indígenas, esses testemunhos integram o conjunto de bens culturais



do município e revelam a complexidade dos processos históricos que ocorreram na região desde alguns milênios antes da chegada e instalação dos colonizadores luso-brasileiros.

As evidências mais antigas da presença humana no Sul de Minas remontam há aproximadamente 10.000 anos, momento em que a região passou a ser explorada por pequenos grupos especializados na caça e coleta de recursos vegetais.

Por volta de 2.000 anos atrás, novos povos chegam à região. Organizados em grupos maiores e trazendo consigo a agricultura e a tecnologia cerâmica, eles provocaram uma verdadeira revolução no sistema de ocupação desse ambiente, que perdurou até meados do século XVIII, quando passou a ser substituído pelo modelo adotado pela sociedade colonial.

Com o intuito de conhecermos um pouco mais sobre as origens e a trajetória dos povos indígenas que participaram – e ainda participam – da formação cultural de Varginha, convidamos o leitor a embarcar conosco em uma viagem por esse passado longínquo, navegando através dos remanescentes arqueológicos e documentos históricos que testemunham essa História.

Os autores fazem um breve percurso histórico da presença indígena na região da bacia do rio Verde, trazendo consigo também os estudos arqueológicos, peças de grande importância na compreensão da História Indígena regional. Não é possível ter um panorama da presença indígena na região considerando apenas documentos escritos, pois esta modalidade de registro chegou ao Brasil com a colonização portuguesa. Portanto, é imprescindível aos estudos em História Indígena a contribuição da arqueologia através do estudo de vestígios materiais diversos.

Neste sentido, Freitas e Guimarães abordam a ocupação humana em Varginha e arredores, integrantes da bacia do rio Verde, com olhares históricos e arqueológicos, possibilitando uma visão mais ampla e profunda a respeito da História Indígena regional. Ambos os autores tratam das contribuições dadas pelos estudos da Arqueologia e da História como suportes à análise, compreensão e discussão em torno da presença indígena na bacia do rio Verde.

2 CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS

Guimarães (2019a, p. 23) afirma que:



Virgínia tem uma presença indígena cujas referências documentais remontam ao século XVIII. Esta população indígena se agrupava em pontos nas proximidades do rio Caetê, provavelmente produzia cerâmicas e, em parte ou no todo, vivia de forma sedentária (pelo menos assim viviam os indígenas do bairro Marques na virada do século XIX para o XX). As marcas desta presença ainda podem ser notadas principalmente em modos de falar e nomes geográficos, apontando para a possibilidade de integração, ou seja, o contato entre índios e não-índios acabou por levar os primeiros a adotarem a cultura europeia (especialmente quanto a costumes, religião, língua, etc) e os segundos a também adotarem elementos culturais indígenas (também alguns costumes, além de maneiras de falar, entre outros).

Além de apontar elementos culturais indígenas que influenciaram a formação regional a partir do contato com os não-indígenas, o mesmo autor propõe (in Costa e Moura, 2019, p. 132-133) o trabalho com elementos culturais indígenas em sala de aula, considerando a contribuição de povos que passaram pela região do rio Verde:

O professor [...] pode levar seus alunos a pesquisarem sobre os mais diversos traços culturais dos Tupi e dos Jê, como, por exemplo, manifestações religiosas, línguas, grafismos (modos de desenhar) e conhecimentos medicinais. Um trabalho interdisciplinar em torno da pesquisa desta diversidade pode incluir áreas como Língua Portuguesa, Artes, Ciências, História, Geografia, etc. Como os Puri ainda existem como povo, espalhados principalmente por Minas Gerais e Rio de Janeiro, é enriquecedor ao conhecimento dos alunos o contato direto com lideranças e membros do povo Puri através das redes sociais (no *Facebook*, por exemplo, é possível ter contato com indígenas Puri através do grupo chamado “Resistência e Ressurgência Puri”).
[...] A pesquisa sobre os elementos culturais dos grupos Tupi e Jê acaba revelando, entre outros aspectos, hábitos de alimentação que até hoje fazem parte da cultura local.

Não há estudos específicos sobre as características e contribuições culturais dos povos indígenas da bacia do rio Verde. No entanto, há textos, como os citados acima, que falam de elementos culturais no contexto dos estudos que vêm sendo realizados nos últimos anos. Como se pode perceber nos textos, as contribuições culturais dos indígenas da bacia do rio Verde podem ser exemplificadas através de maneiras de falar, palavras que entraram na língua portuguesa, costumes cotidianos, conhecimentos em medicina natural, alimentação (uso do milho e do pinhão, por exemplo), entre outros elementos.



Para pensarmos as contribuições culturais na região da bacia do Verde, temos, além da História, a contribuição das pesquisas arqueológicas que, diante das evidências materiais, trazem luz às vivências culturais de alguns grupos indígenas da região. Neste sentido, vale mencionar Freitas e Guimarães (2022), que afirmam:

Por volta de 2000 anos atrás, novos povos chegam à região. Organizados em grupos maiores e trazendo consigo a agricultura e a tecnologia cerâmica, eles provocaram uma verdadeira revolução no sistema de ocupação desse ambiente, que perdurou até meados do século XVIII [...]. (p. 5)

Consequentemente, os indícios da presença indígena estão distribuídos por toda a bacia, revelando a antiguidade e a diversidade cultural das ocupações durante o período pré-colonial e o contexto de inserção dos povos indígenas na recém-formada sociedade colonial. (p. 7)

Como mencionado nas citações, a Arqueologia traz à tona diversas informações sobre as dinâmicas culturais dos povos da bacia do rio Verde, o que permite uma melhor compreensão destes povos e de suas transformações ao longo do tempo, culminando com a integração à sociedade colonial e sua participação na formação da atual sociedade sul-mineira. Os autores pensam esta integração sob a ótica de John Manuel Monteiro (1994), ou seja, uma dinâmica de trocas culturais que transformaram tanto os elementos europeus quanto os indígenas, não permitindo falar em “extinção” das culturas indígenas. É neste sentido que Guimarães (2022) aborda as identidades indígenas na bacia do rio Verde, tratando-as sob o ponto de vista das transformações culturais:

Sendo processados por indivíduos e ganhando significados em tendências sociais e projetos culturais, os embasamentos das identidades são passíveis de transformações e ressignificações que fazem com que as identidades também acompanhem tais tendências e projetos. [...] Enquanto sujeitos que agem, os indígenas não aceitaram plenamente as imposições culturais vindas do colonizador, buscando, por outro lado, ressignificar suas vivências sociais e culturais. (p. 7-8)

O que o autor aponta é que há “embasamentos das identidades”, ou seja, características que permitem o reconhecimento de um grupo social (alimentação, costumes, língua, etc), sendo estes embasamentos “passíveis de transformações e ressignificações”. Oras, se as



características de um grupo podem sofrer mudanças ao longo do tempo, então é possível dizer que identidades estão sempre em construção, não sendo estáticas e, portanto, não se pode falar, exatamente, em “extinção” das culturas indígenas, mas em novas formas de significar estas culturas em meio às transformações sociais e históricas ocorridas. Assim, na bacia do rio Verde, as diversas culturas indígenas (sejam elas chamadas de Tupi, Jê, “carijó” ou quaisquer outros termos) deram sua contribuição à formação regional com a integração aos elementos culturais trazidos pelos colonizadores, havendo identidades diversas e resistentes em meio à sociedade colonial e, a partir dela, à sociedade que hoje vive nos municípios abrangidos pela bacia do Verde.

3 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A presença indígena na bacia do rio Verde deixou algumas marcas na vida social da população que se formou na região a partir da colonização portuguesa e formação de vilas e cidades. Não há estudos que foquem, exclusivamente, os aspectos sociais das contribuições indígenas à região, mas tais aspectos são tratados em estudos que abordam diversas temáticas.

Um destes estudos é o de Mariana Esteves Bieler da Silva, que, em sua tese de doutorado a respeito da pronúncia do “r retroflexo” em Itanhandu (onde nasce o rio Verde), afirma (2015, p. 16):

Quanto à origem da variante retroflexa, Aguilera e Silva (2011) apontam a hipótese de que teria surgido do contato entre o português e o tupi, língua que não apresenta os fonemas /l/ e /r/ em coda silábica. Assim, os indígenas, devido à dificuldade com a realização lusitana do /l/ alveolar e velar em coda silábica no contexto CVC, como nas palavras *mal* e *sol*, e em uma tentativa de aproximar a lâmina da língua para a produção de tal som, poderiam ter dado início ao (-r) retroflexo. Segundo as autoras: “Tal fone teria se formado entre os paulistas, mamelucos e indígenas e se irradiado pelos territórios conquistados e ocupados pelos bandeirantes no século XVII e XVIII” (2011:126).

O uso da língua é essencial para a vida em sociedade e a língua sofre transformações ao longo do tempo, como se pode perceber no trecho acima. A aprendizagem do português por



parte dos indígenas trouxe esta característica social que é o uso do “r retroflexo”, comum no interior de São Paulo, norte do Paraná, Mato Grosso do Sul e sul de Minas Gerais (*idem*, p. 16).

Outro ponto que reforça a atribuição do “r retroflexo” à maneira dos indígenas aprenderem língua portuguesa é a determinação do Diretório dos Índios (1755, in Almeida, 1997) segundo a qual era proibido o uso de qualquer língua indígena no território dominado por Portugal, devendo os indígenas aprender a língua portuguesa.

Além da contribuição social através do aspecto linguístico, os indígenas da região da bacia do rio Verde também contribuíram em outros aspectos, como afirma Guimarães (2019a, p. 16):

Também no que se refere a Virgínia, vemos a presença indígena deixar suas marcas em elementos constitutivos da sociedade e da toponímia municipal, como nomes de bairros e rios do território municipal e costumes encontrados entre a população (que podem ser contextualizados na cultura regional interiorana denominada “caipira”).

Ou ainda, segundo o mesmo autor (*idem*, p. 23):

As marcas desta presença ainda podem ser notadas principalmente em modos de falar e nomes geográficos, apontando para a possibilidade da integração, ou seja, o contato entre índios e não-índios acabou por levar os primeiros a adotarem a cultura europeia [...] e os segundos a também adotarem elementos culturais indígenas [...].

Há a necessidade de um aprofundamento no que diz respeito às contribuições sociais dos indígenas na região da bacia do rio Verde, mas o que se tem é um entendimento de que tais contribuições se deram a partir da integração com o colonizador, o que não se dá exatamente de maneira pacífica, mas com inúmeros encontros, conflitos e apagamentos (*idem*, p. 45-48).

4 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS



Assim como as contribuições sociais, também não há estudos que foquem, especificamente, as contribuições econômicas dos povos indígenas que formaram a sociedade na bacia do rio Verde. No entanto, os estudos desenvolvidos nos últimos anos apontam para algumas contribuições cuja importância vale ser considerada e analisada.

Guimarães (2019e, p. 103) afirma que

Armelim Guimarães descreve os "puri-coroados" como extremamente "mansos", não dados a guerra e atrasados tecnologicamente (segundo o autor, estes índios desconheciam até mesmo a cerâmica e a fabricação de redes).

Ou ainda, Freitas e Guimarães (2022, p. 17-19), ao analisarem os vestígios arqueológicos encontrados em Varginha e associados à Tradição Aratu Sapucaí (ligada a povos do tronco linguístico Macro-Jê), afirmam que

[...] a tradição Aratu Sapucaí descreve uma indústria cerâmica marcada pela produção de um variado conjunto de formas (vasilhame) [...].

Associados a esses vestígios, são comumente encontrados cachimbos tubulares e fusos cerâmicos, possivelmente empregados na fiação de algodão. Os artefatos líticos, por sua vez, compreendem lascas expedientes e ferramentas mais robustas, como machados e mós de pilão, produzidos através da tecnologia do polimento e utilizados na agricultura e no processamento de seus produtos.

[...] Esses povos praticavam uma sofisticada economia bimodal, configurada a partir da alternância entre períodos de dispersão e agregação em grandes aldeias [...].

No município [de Varginha], os sítios vinculados a esses povos estão distribuídos em um ambiente de transição, [...] testemunhando a adoção de elaboradas estratégias de “domesticação” desse ambiente, expressas no desenvolvimento de um sistema agrícola especializado no cultivo do milho e da batata-doce através do manejo ecológico dos recursos naturais.

Os textos apresentam abordagens distintas das características econômicas dos povos indígenas da região da bacia do rio Verde: o primeiro, partindo do relato de um historiador de Itajubá, traz uma tradição local que destaca, no atraso tecnológico exemplificado pela atividade de produção de cerâmica, um suposto caráter primitivo dos indígenas da região; o segundo, partindo da análise de achados arqueológicos em Varginha, expressa uma variedade de atividades econômicas, algumas delas presentes até os dias de hoje na região (como o cultivo de milho e batata-doce). No caso da economia bimodal, mencionada na segunda



citação, refere-se a alternância entre períodos de cultivo agrícola e de atividades seminômades (caça e coleta).

Além disso, a primeira citação menciona a ausência de conhecimento cerâmico por parte de indígenas na região de Itajubá e Cristina, o que difere do que é descrito por outros autores que destacam a produção de cerâmica como elemento cultural e econômico de grupos indígenas que circulavam pela bacia do rio Verde. Por exemplo, Souza (1950, p. 8) trata da produção cerâmica como parte do cotidiano de indígenas cujos vestígios foram encontrados no bairro Bom Sucesso, zona rural do município de Itanhandu. Ou ainda, a arqueologia reforça a cerâmica como elemento integrante destes povos indígenas em várias áreas da bacia do Verde, como se pode ver em Freitas e Guimarães (2022, p. 7).

5 O INDÍGENA DA BACIA DO RIO VERDE

A região abrangida pela bacia hidrográfica do Rio Verde tem uma antiga presença de povos indígenas, atestada por materiais arqueológicos e documentos históricos. Tais registros apontam para a circulação de grupos humanos que pertenciam a diversas etnias, que mantinham contatos, entravam em conflitos e deixavam suas marcas nos territórios em que viviam. Os povos que estavam na região nos séculos XVI a XVIII foram afetados pela presença de um novo personagem no cenário histórico, social, cultural e econômico: o colonizador. As relações entre indígenas e colonizadores se deram de maneiras complexas, alcançando a época atual com um alto grau de integração.

Sobre a chegada dos primeiros grupos humanos à bacia do rio Verde, Freitas e Guimarães (2022, p. 5) afirmam que

As evidências mais antigas da presença humana no Sul de Minas remontam a aproximadamente 10000 anos, momento em que a região passou a ser explorada por pequenos grupos especializados na caça e coleta de recursos vegetais. Por volta de 2000 anos atrás, novos povos chegam à região. Organizados em grupos maiores e trazendo consigo a agricultura e a tecnologia cerâmica, eles provocaram uma verdadeira revolução no sistema de ocupação desse ambiente, que perdurou até



meados do século XVIII, quando passou a ser substituído pelo modelo adotado pela sociedade colonial.

Estes povos que, aos poucos, chegaram e se fixaram na bacia do rio Verde eram diversos: de um lado, povos do grupo Jê genericamente chamados de “cataguás” (Mano, 2020, p. 754-756), além dos Puri, na Serra da Mantiqueira (Puri e Puri, 2019, p. 2); de outro lado, povos do grupo Tupi (Guimarães, 2019a, p. 15), além dos “carijós”, nome genérico para grupos de origem Guarani que chegaram junto com os colonizadores (Monteiro, 1994, p. 53).

A respeito dos que foram chamados de “cataguás”, Guimarães (2019b, p. 33) menciona escritores que reforçam a tradição de uma presença cataguá na bacia do rio Verde, como, por exemplo, nas áreas hoje pertencentes aos municípios de Varginha, Itanhandu, Itamonte e Pouso Alto, embora nos últimos três a presença seja contestada por historiadores regionais (Paranhos, 2005, p. 17-18). No entanto, autores recentes têm contestado a existência de cataguás como uma etnia: Mano (2020, p. 754-756) aponta que o nome “cataguá” só aparece em documentações a partir do século XVII e, na maioria das vezes, referindo-se a uma toponímia; Henriques, Costa e Koole (2004, p. 202) afirmam que somente no século XX aparecem narrativas de cataguás sendo derrotados por bandeirantes no sul de Minas, além do fato de que o nome “cataguá” não aparece em relatos de bandeirantes dos séculos XVI e XVII. De qualquer forma, os cataguás eram grupos indígenas identificados como sendo do grupo Jê (Mano, 2020; Freitas e Guimarães, 2022; entre outros).

Em relação aos Puri, até hoje presentes no Sudeste do Brasil (Puri e Puri, 2019, p. 2), há diversas referências de sua presença na bacia do rio Verde: Guimarães (2000, p. 9-12) aponta presença Puri nas áreas dos municípios de Cristina (abrangido pela bacia do Verde) e Itajubá, nos séculos XVIII e XIX; Bento (1995) fala da presença Puri na divisa de Minas Gerais com São Paulo e Rio de Janeiro; Paranhos (2005, p. 17) atesta uma possível presença Puri nas áreas dos municípios que estão, ao mesmo tempo, na Serra da Mantiqueira e no início do curso do rio Verde; Guimarães (2018; 2019a, p. 48; 2019b, p. 33; 2019c, p. 330 e 333; 2019d, p. 129; 2021, p. 3-5) destaca a presença Puri em diversos municípios na Serra da Mantiqueira, especialmente Itanhandu e seus arredores, na área inicial da bacia do rio Verde. Atualmente,



há um trabalho de resgate e divulgação da história e cultura do povo Puri, protagonizado, principalmente, pela Dr^a Aline Rochedo Pachamama, ela própria Puri (Pachamama, 2019).

Sobre os indígenas chamados de “carijós”, Monteiro (1994, p. 53) aponta a ligação com os povos indígenas Guaranis, afirmando, por outro lado, o caráter genérico do termo, como no caso em que ele comenta uma petição de paulistas para que o governo colonial os autorizasse a guerrear contra indígenas:

Embora baseada em incidentes isolados, porém reais, esta descrição dos Carijó como gente bárbara e violenta apresentava forte contraste com os comentários [...] que consideravam os Guarani superiores aos demais povos indígenas. Além disto, não se justificava a guerra indiscriminada contra todos os Carijó, já que esta denominação genérica incluía grupos aliados aos portugueses.

Vale ressaltar que os Guaranis são divididos em subgrupos - Mbya, Kaiowá, Nandeva e Ache-Guayaki (Azevedo et al, 2008, p. 9) - e esta característica não é recente, estando os Guaranis já divididos, no século XVI, em grupos com uma mesma origem (*idem*, p. 9). Isto ajuda a compreender o trecho de Monteiro sobre haver alguns grupos aliados aos portugueses, o que mostra como os interesses variavam de um grupo indígena para outro em suas relações com os colonizadores.

5.1 Abordagem na Educação

O levantamento histórico a respeito da presença indígena na bacia do rio Verde vem sendo aplicado, nos últimos anos, dentro da Educação Básica em iniciativas de Gustavo Uchôas Guimarães. Sobre isto, o autor descreve práticas que podem ser utilizadas em sala de aula, visando uma mais bem elaborada aplicação da lei 11645/2008 e considerando a necessidade de se atrelar os conteúdos à realidade regional do aluno, conforme o *caput* do artigo 26 da LDB.

Na obra organizada por Costa e Moura (2019), Guimarães (p. 125-139) utiliza aspectos da história indígena de Itanhandu, sul de Minas Gerais, para sugerir práticas docentes que



promovam a diversidade étnico-racial sob a ótica das temáticas indígenas. As sugestões englobam trabalho com elementos culturais, atividades culinárias, pesquisas orais, brincadeiras e jogos, palestras e excursões e análise de documentos históricos.

A abordagem pedagógica em cima da história indígena de Itanhandu foi atualizada e aprofundada por Guimarães no XXXI Simpósio Nacional de História (ANPUH), em 2021. No artigo, o autor traz a discussão sobre o nome “cataguá” e sugere aos professores o uso de práticas como leitura comparativa de documentos históricos produzidos por autores da bacia do rio Verde e de obras produzidas por indígenas (por exemplo, autores do povo Puri), além do trabalho com História Oral e outras sugestões também elencadas no parágrafo anterior.

Por fim, Guimarães também escreve sobre aspectos pedagógicos do ensino de História Indígena em sua participação no livro *Aspectos da globalização: Modernidade líquida e a obsolescência programada* (Costa et al, 2023). O autor relata experiências de práticas realizadas em escolas de Itanhandu, Varginha e Elói Mendes, além de palestras para professores e alunos em Itanhandu, Virgínia, Varginha e Paraguaçu (esta última cidade não faz parte da bacia do rio Verde).

CONCLUSÃO

As contribuições da presença indígena na bacia do rio Verde moldaram a identidade da região, como se pode perceber nas maneiras de falar, na alimentação, nos saberes medicinais, nos topônimos, entre outros elementos. Essas contribuições se evidenciam nas pesquisas históricas e arqueológicas desenvolvidas na região, especialmente desde a década de 1960.

Partindo da ideia de uma integração em que as identidades se transformam com o tempo e muitos indígenas passam a fazer parte da sociedade colonial, percebe-se que a presença indígena sobreviveu apesar das tentativas de apagamento. Essas tentativas se deram com diferentes ações, como as determinações do Diretório dos Índios (1755) e a adoção de nomenclaturas genéricas nas documentações (carijó, caboclo, etc). No entanto, mesmo parecendo que o extermínio dos povos indígenas era inevitável e que suas histórias e culturas



se tornariam algo pertencente ao passado, a presença indígena na bacia do rio Verde permaneceu ao longo da História, podendo ser percebida, por exemplo, nos censos em que se constata os “caboclos” ou se diluem a presença indígena na categoria “pardos” (Freitas e Guimarães, 2022, p. 21-22).

O prosseguimento das pesquisas permite ampliar a compreensão sobre a presença indígena na bacia do rio Verde e oferecer embasamentos para o trabalho dos professores nas escolas, cumprindo, sob a perspectiva da História regional, o estabelecido na Lei nº 11645/2008 e fortalecendo a identificação dos alunos com suas próprias histórias e contextos regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII.** Brasília: Editora UnB, 1997. Disponível em: https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm Acesso em 10.dez.2022.

AZEVEDO, Marta et al. **Guarani Retã 2008 - Povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai.** Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/caderno_guarani_%20portugues.pdf Acesso em 30.jul.2023.

BENTO, Cláudio Moreira. **Os índios Puris do Vale do Paraíba paulista e fluminense.** Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/OS%20INDIOS%20PURIS%20DO%20VALE%20DA%20PARAIBA%20PAULISTA%20E%20FLUMINIENSE.pdf> Acesso em: 23.mar.2018. Publicado em: 1995.

COSTA, Antônio Marcos Foureaux; MOURA, Dayvison Bandeira de (org.). **Caleidoscópio pedagógico, diferentes olhares: práticas, concepções e educação inovadora.** Lisboa: Lisbon International Press, 2019.

FREITAS, Otávio Augusto Pereira; GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Cataguá nas Catanduvás: Ocupação humana e História Indígena do município de Varginha - MG.** Batatais: Gráfica Castelo, 2022. Publicação promovida pela Fundação Cultural de Varginha, para fins de Educação Patrimonial através da Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural, do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha e do Museu Municipal de Varginha. Disponível em: https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/wp-content/uploads/2022/11/cartilha_catagua.pdf



GUIMARÃES, Armelim. **Resumo didático da história de Itajubá**. São José dos Campos: Papercrom, 2000.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Contribuições** da presença indígena na região da bacia do rio Verde no sul de Minas Gerais como proposta para formação continuada dos professores de História da rede municipal de ensino de Elói Mendes (2024). Dissertação (Mestrado). 112 f. Universidad Del Sol, Ciudad Del Este, Paraguai, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/127190419/Contribui%C3%A7%C3%B5es_da_presen%C3%A7a_ind%C3%ADgena_na_regi%C3%A3o_da_Bacia_do_Rio_Verde_no_sul_de_Minas_Gerais_como_proposta_para_forma%C3%A7%C3%A3o_continuada_dos_professores_de_Hist%C3%B3ria_da_Rede_Municipal_de_Ensino_de_El%C3%B3i_Mendes_MG_2024

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. Histórias e culturas indígenas na educação básica: sugestões de abordagem nas escolas de Itanhandu/MG. In: COSTA, Antônio Marcos Foureaux; MOURA, Dayvison Bandeira de (org.). **Caleidoscópio pedagógico, diferentes olhares: práticas, concepções e educação inovadora**. Lisboa: Lisbon International Press, 2019d. Pág. 125-139.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. Globalização, lei 11645/2008 e espaços escolares: Relatos de experiências e reflexões sobre perspectivas. In: COSTA, Antônio Marcos Foureaux *et al.* **Aspectos da globalização: Modernidade líquida e a obsolescência programada**. Belo Horizonte: Selo Editorial Starling, 2023.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Histórias e culturas indígenas na Mantiqueira e vale do rio Verde**. Timburi/SP: Cia. do Ebook, 2019a. Disponível em: https://www.academia.edu/75175243/Hist%C3%B3rias_e_Culturas_Ind%C3%ADgenas_na_Mantiqueira_e_Vale_do_Rio_Verde

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Histórias e culturas indígenas no espaço escolar: Discussões sobre a História Indígena de Itanhandu/MG e abordagens pedagógicas**. XXXI Simpósio Nacional de História - ANPUH, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628267085_ARQUIVO_e63348cef7c1140728b3c40f55bca417.pdf

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Identidades étnicas indígenas sob a ótica da Igreja: Análise de casos em Aiuruoca, Baependi e Campanha (sul de Minas Gerais, 1723-1777)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia), Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/126986189/Identidades_%C3%A9tnicas_sob_a_%C3%B3tica_da_Igreja_An



%C3%A1lise de casos em Aiuruoca Baependi e Campanha Sul de Minas Gerais 1723 1777

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Integração e contribuição do indígena à “cultura branca”**: Os casos de Itajubá e Cristina. In: SEMANA DE HISTÓRIA, XVII, 2018, São João Del Rei, **Anais**. São João Del Rei: UFSJ, 2019e. p. 99-110. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1K4iOS6OXnnpcMUtQQ94DZyvcJt89ersQ/view>

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **O trabalho de visibilização dos indígenas nos estudos sobre Minas Gerais**: o caso sul-mineiro de Virgínia e seus arredores. Revista Espacialidades, Natal, v. 15, nº 2, jul.-dez.2019b. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19543/12644>

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. Uma visão dos indígenas do sul de Minas nos relatos de alguns memorialistas. In: PEREIRA, Denise (org.). **Campos de saberes da história da educação no Brasil**. Ponta Grossa: Atena, 2019c. Volume 2. Recurso eletrônico. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/uma-visao-dos-indigenas-do-sul-de-minas-nos-relatos-de-alguns-memorialistas>

HENRIQUES, Gilmar; COSTA, Fernando; KOOLE, Edward. **O Alto São Francisco e o mito dos Cataguá**: contribuições para a história indígena em Minas Gerais. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 14, p. 195-208, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268352066.pdf> Acesso em 02.mar.2021.

MANO, Marcel. **Fragmentos de História e composições etnológicas**: marcas indígenas nos caminhos das minas. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 25, n. 3, p. 744-763, set./dez.2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/40780/pdf> Acesso em 20.mar.2021.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. **O povo Puri da Mantiqueira - Mulheres da Floresta - Reportagem do programa Revista - TV Sul**. Entrevista concedida a Teresa Freitas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WZTzmvwYDCY> Acesso em 16.mar.2023. Publicado em 04.jul.2019. Canal Pachamama Editora (Youtube).

PARANHOS, Paulo. **A passagem bandeirante pelo Caminho Velho das Minas Gerais**. Revista da ABRASP, nº 11, 2005, p. 11-24. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev11_art2.pdf Acesso em: 14.out.2018.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

PARANHOS, Paulo. **Subsídios para a História de Itamonte**. Revista da ABRASP, nº 19, 2012, p. 1-12. Disponível em: https://www.asbrap.org.br/artigos/rev19_art2.pdf Acesso em: 05 fev.2025.

PURI, Daniel Tutushamum; PURI, Mery Txama Xambé. **Txemím Puri**. Evento Abril Indígena da Aldeia Maracanã, Rio de Janeiro, 14.abr.2019.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. 2003. 388p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280439> Acesso em 12.out.2018.

SILVA, Mariane Esteves Bieler da. **Entre duas metrópoles: (-R) em Itanhandu**. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-25112015-111636/publico/2015_MarianeEstevesBielerDaSilva_VCorr.pdf Acesso em 04.abr.2024.

Recebido em: 25/12/2024

Aprovado em: 28/01/2025

Publicado em: 13/02/2025